

SESSÕES DO PLENÁRIO

14ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 25 de abril de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO OSNI CARDOSO LULA DA SILVA (AD HOC)

O Sr. PRESIDENTE (Osni Cardoso Lula da Silva): Senhoras e senhores, um bom-dia a todos. Gostaria que todos pudessem se acomodar para dar início aos nossos trabalhos.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial com o objetivo de debater o uso sustentável do mar, proposta pelo deputado Osni Cardoso Lula da Silva.

Em tempo, eu gostaria de convidar para que venha estar conosco à Mesa o Sr. Secretário do Meio Ambiente, João Carlos Oliveira, que neste ato representa o governador Rui Costa; O Sr. Capitão de Mar e Guerra, Eron Gantois Marçal, representante do comandante do 2º Distrito Naval, vice-almirante Marcelo Francisco Campos; Sr. Chefe de Operações do 2º Distrito Naval, capitão de fragata Frederico Albuquerque; Sr. Coordenador do Escritório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD/Salvador, Frederico Lacerda; Sr.^a Superintendente de Estudos e Pesquisas Ambientais da Secretaria de Meio Ambiente, Clarissa Amaral; Sr. Presidente do Redemar, Wilian Freitas; Sr. Presidente do Instituto Baleia Jubarte, Paulo Hargreaves.

Convido todos os presentes para ouvirmos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O Sr. PRESIDENTE (Osni Cardoso Lula da Silva): Quero aproveitar e agradecer, aqui, a presença do coordenador de Educação Ambiental e Saúde, Fábio Barbosa, que, neste ato, representa o secretário da Educação, Jerônimo Rodrigues; o coordenador de Projetos Especiais, Romeu Temporal, que, neste ato, representa o secretário do Planejamento, Walter Pinheiro.

Muito obrigado pela presença.

Neste momento, vamos assistir a um vídeo de 3 minutos: *Lixo Marinho*.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

O Sr. PRESIDENTE (Osni Cardoso Lula da Silva): Concedo a palavra ao palestrante do Redemar, Sr. Wilian Freitas.

O Sr. WILIAN FREITAS: Bom dia a todos e a todas.

Inicialmente queria começar saudando o deputado Osni Cardoso pela oportunidade. Agradecer, deputado, pela sessão que o senhor propôs para iniciarmos o assunto do bioma costeiro e marinho no estado da Bahia, deputado Osni Cardoso Lula da Silva.

Em nome do deputado, eu queria saudar toda a Mesa, os demais membros da Mesa. Sintam-se abraçados pelo Redemar. Muito obrigado pela presença de cada um de vocês. Obrigado.

Eu queria começar falando um pouco sobre o Redemar, do qual eu estou presidente, e como surgiu essa nossa inquietação. O Redemar surge de um evento chamado Festival das Baleias, que eu realizo há seis anos no Extremo Sul, um dos principais eventos sobre essa temática no Nordeste, isto dito pelo Ministério do Meio Ambiente, de Brasília. E dessa inquietação nossa, do aprofundamento, da participação e da militância, nós começamos a conhecer parceiros que começaram a contribuir para nosso entendimento nessas questões. Dentre esses parceiros, um dos que estão aqui é o Dr. Paulo Hargreaves. Faz parte da Mesa. Ele foi meio que um mentor sobre essas questões minhas de inquietação.

Queria te agradecer, Dr. Paulo, pela paciência e pela dedicação que você teve ao longo desses 6 anos nossos de trabalho junto, contínuo, árduo, que a gente vem fazendo lá no Extremo Sul.

E aí surge o Redemar, com a pretensão de discutir as questões costeiras e marinhas. Um assunto que a academia tem o domínio, já existe muito estudo científico, já existe muita discussão, a UFBA tem muita coisa lá no IGEO, mas nós resolvemos trabalhar com oceanografia de uma forma descomplicada. Muitas vezes as pessoas que estão participando dos assuntos acadêmicos não conhecem a linguagem, por isso não absorvem o conhecimento. Então a gente ficou meio que como tradutor dessa questão entre a comunidade costeira e a academia. E aí começam a surgir coisas interessantes no Extremo Sul, começa a dar muita liga, por assim dizer.

No ano de 2016, nós criamos um aplicativo *Mapa do Lixo Marinho*. Então, foi esse aplicativo que projetou o Redemar no Brasil. É o único aplicativo que nós temos no Brasil que versa sobre essa questão, e ele foi utilizado inclusive em Portugal, pelo Centro de Investigações Costeiras e Marinhas, Ciimar. E aí foi que a gente começou a tomar consciência de que nosso movimento estava mais sério, com mais responsabilidade, já reverberava o que a gente pensava e falava.

Então, daí a gente começou a trazer outros parceiros para dentro do Redemar, dentre os quais se encontra ali – com muito orgulho, ele sabe, eu gosto muito dele – o Dr. Eduardo Sodré Martins, advogado ambiental. Ele é um consultor ativo e muito atencioso às nossas questões. Dr. Eduardo, muito obrigado, em nome do Redemar. E Dr. Thiago Borges, que é um outro amigo, do IBDMAR, trabalha com direito internacional e também muito contribui para nossas questões. Começamos a trazer a questão jurídica para dentro das discussões.

om, dito isso, das nossas inquietações, a gente criou um projeto para tratar dessa temática do lixo marinho, que a gente costuma dizer que é o lixo no mar. O mar

não produz o lixo que está lá. Então essa terminologia lixo marinho a gente não concorda muito, porque não foi o mar que produziu o lixo que está lá. Então a gente costuma dizer que é o lixo que está no mar. E nessas discussões nós criamos um projeto chamado o *Mar Não Está Para Plástico*. De uma frase que vem de dito popular. Aqui na Bahia a gente costuma a dizer que a maré não está para peixe. No nosso caso, o mar não está para plástico. E o Mar Não Está Para Plástico foi amplamente abraçado pela Secretaria do Meio Ambiente, na pessoa do João e toda sua equipe. Obrigado, secretário. E a gente começou a trabalhar essa temática, pensando de uma forma em que a gente colocasse todos os atores que se utilizam da praia como sendo responsáveis por esse problema.

Não dá para a gente culpabilizar, não dá pra gente politizar o tema. O tema é amplo, porque, como a gente aprendeu nessa caminhada, o lixo que está no mar foi jogado pela mão. E a mão é nossa. Essa mão é que decide onde vai parar o lixo. É exatamente essa mão. E é essa mão que está causando todos esses danos e esses problemas. Partindo daí, a gente começou a implementar essa campanha que teve, para além da conscientização de catar o lixo nas praias, uma palestra onde a gente discutiu o tema, porque você apontar o problema, você não vai resolver o problema. A gente sabe que o problema existe, mas ele tem que ser discutido. E foi assertivo da nossa parte quando a gente trouxe para dentro do tema a comunidade, o entorno, os atores, quem realmente se utiliza da praia. E a gente pensou também na relação comércio/praias, porque são eles que estão lá no dia a dia, no labor, e eles também tem corresponsabilidade na problemática, porque eles geram resíduos sólidos. Então tem que começar a se falar sobre isso.

(O orador utiliza-se da apresentação de *slides*.)

Então, seguindo minha apresentação, aí é o Festival das Baleias, vai acontecer agora em julho, no município de Nova Viçosa. Convido a todos aqui a estarem lá. Essa foi a campanha: *O Mar Não Está Para Plástico*. A gente colocou o coração com todos – exatamente todos – os seres vivos marinhos envolvidos com plástico, com a lata da reciclar.

Pode passar, por favor.

Bom, aí nós caímos na tal conversa que se chama sustentabilidade. Muito falada, muito discutida, mas pouco vivida. A sustentabilidade passou a ser, por muito tempo, uma moeda do *marketing*. Todo mundo, de uma hora para outra, começou a se tornar sustentável. E aí começou a subir os subprodutos. Mas afinal, o que é sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável? A gente costuma dizer que é você usar e deixar que a próxima geração também usufrua.

É muito, por assim dizer, triste você só pensar no seu próprio umbigo, não é? Visto que as riquezas naturais são um bem imaterial. Não é meu, não é seu, não é do governo, não é do prefeito, não é do deputado, não é do vereador, não é do secretário. É nosso. E como nosso, nós temos que assumir o papel de participar dessa temática e aprender a ser sustentável.

Então, veja, eu sou um pouco mais novo que o deputado, e na minha época se dizia muito que ia ter escassez da água, lá pela década de 80. E, pasmem, em 2014,

por aí, não estou bem lembrado, São Paulo passou por uma crise hídrica muito feia. E com essa extinção, São Paulo começou a pensar, não é? Já não é mais um bem durável. Sabe que em algum momento, se não souber usar vai acabar.

Então, fica essa reflexão para cada um de vocês de sustentabilidade. Que vocês apliquem e pensem que vocês estão usando como comodato e vão ter que entregar para que outros também usem.

Então, é interessante que a gente pense nisso. Eu quero até falar sobre uma ação que teve agora na semana passada: uma irlandesa fez um protesto falando sobre o clima. E ela foi parar no Parlamento inglês. Veja: uma atitude que ela tomou de protestar, isso foi reverberar no Parlamento inglês. E lá eles levam muito a sério isso. E aqui no Brasil somos a maior costa do mundo e na Bahia nós somos a maior costa do Brasil e temos que começar a repensar.

Pode seguir.

Ser econo... Ser econo... Economicamente viável... Até engasgo.

O que é ser economicamente viável? A gente não quer ser o xiita e proibir uma rede de um ciclo, que se alimenta, que está aí implementada de qualquer jeito por determinação ou por pensamentos específicos. A gente precisa entender que a gente está inserido no mundo e a gente precisa dialogar – isso Osni tem me ensinado – com as diferenças.

Então, não dá para a gente barrar uma cadeia economicamente ativa – não dá – em detrimento de um problema. Então, a gente tem que discutir essas questões pensando no todo.

Por muito tempo no Brasil se começou a preservação da espécie: a baleia; o coral; o peixe mero. Explodiu! E com esses trabalhos fantásticos, que foram de suma importância para a época, houve também a criminalização de muita comunidade, que empobreceu e que agora a gente não sabe o que fazer com esse problema. Comunidades costeiras de alguns lugares em que foram implementados esses projetos estão pobres. Por quê? Porque foram proibidas de suas atividades e elas hoje não sabem como retomar. Então, eu acho que essa questão de ser economicamente viável, tem que começar a se discutir.

A baleia não é mais importante do que o peixe, do que o coral, do que todos os seres vivos do mar e do que a comunidade que ali está implantada. A gente tem que pensar que tem uma comunidade que sobre-existia antes da nossa chegada. Então, a gente tem que levar a sustentabilidade para essa comunidade e não criminalizar, que é o que acontece hoje, muitas das vezes. Aí, tem uma briga instaurada entre comunidade e ciência e academia, e no meio o empobrecimento. E, deputado, no Extremo Sul nós temos vários pescadores viciados em *cracks*, vários pescadores. Já saiu de uma esfera e já está em outra, afetando outra.

Então, por conta dessa briga, e por conta, também, dessa questão do manuseio que foi feito, da exploração sustentável, que não foi discutida, e o pescador também tem a sua parcela de culpa... mas se precisa chegar a um equilíbrio, porque a nossa comunidade do Extremo Sul está empobrecida, criminalizada e não tem amparo, não sabe para onde correr.

Eu ouvi numa palestra da qual participei que existe o defeso, mas o defeso só são 3 meses, e quando acaba o defeso não tem peixe e o defeso não vai suprir 1 ano. Então, tem que começar a pensar como é que a gente vai chegar nesse meio termo aí. Eu acho que essa discussão tem que vir.

Aí, a gente fala também em ser socialmente justo, que é aquilo que eu estava falando, da ética, de a gente entender das necessidades de toda a cadeia produtiva e não dá para a gente sair criminalizando, o “não pode porque não pode”. No Brasil, muito tempo foi “não pode, porque não pode”. E era “não pode, porque não pode” e a comunidade não podia. Aí, a gente começou a entrar em vários colapsos. Acho que Paulo vai trazer isso aqui depois de mim.

Seguindo, a gente fala do “culturalmente diverso”. Por quê? Porque lá tem a cultura do povo. Eu imagino que nessa comunidade, antes dessa discussão, antes de qualquer coisa, eles culturalmente já se moviam, e a gente não pode simplesmente desprezar essa cultura. Essa cultura tem que ser incorporada dentro do movimento para a gente ter o que a gente chama de fiel da balança: bom para todo mundo, né?

Quem mora em comunidade costeira não quer sair de lá para trabalhar de porteiro em outro lugar. Ele quer viver ali, naquela comunidade. Então, a gente precisa entender isso e, nesse momento, começar a trazer o fiel da balança. Porque existem no mundo várias culturas – a academia está aqui e pode falar disso muito melhor que eu –, várias tecnologias que vocês podem levar para ajudar a ponta a se manter: fazenda disso, fazenda daquilo... Há pouco tempo, agora, o filho de Paulo esteve no Japão, e está estudando lá o etanol da alga.

Então, se temos a maior costa, temos muita condição de desenvolver várias tecnologias que vão ajudar o nosso povo na ponta para não ter que fazer o processo inverso: vir para a cidade grande e se submeter a subemprego. Eu acho que fica, aí, em alerta.

Próximo *slide*.

Aí, a gente entra na questão que a gente mais bateu nesses 3 meses, que é a questão do plástico, que está poluindo a natureza. Veja, de 2000 até 2016, que é dado da WWF, 75% de todo o plástico, plástico virgem, gerado no mundo está largado na natureza. Setenta e cinco por cento, mais do que a metade. Aonde está esse plástico, Wilian? Não se tem dados contundentes. Sabe-se que ele está largado. Às vezes, ele aparece na barriga de uma baleia, morta porque o engoliu; às vezes, ele aparece na tartaruga; às vezes, ele aparece nas aves marinhas, que estão morrendo; às vezes, ele aparece, deputado, no grande problema que nós temos, que é o resíduo sólido, nos lixões. Isso é um problema gravíssimo que tem que ser revisto, urgentemente.

Das cidades costeiras que eu conheço, todas estão com o seu problema de acondicionamento de lixo estourado, não sabem mais o que fazer. Morro de São Paulo, agora, está passando por um problema muito grande porque tem dois problemas nessa questão. Para alguém se interessar por esse resíduo ele tem que ser lucrativo. As garrafas do tipo *long neck* no Morro não são lucrativas. A operação para tirar essas garrafas do Morro é muito complicada, porque é numa balsa. Então, as

peças que trabalham com resíduos sólidos naquela região não se interessaram pelas garrafas.

E começou a ficar 45 mil peças consumindo e descartando, consumindo e descartando e deu um *overbook* no lixo. Agora, eles tiveram de proibir a comercialização da garrafa. Por quê? Porque não tem valor comercial para a reciclagem e a operação de tirar do Morro na balsa é muito cara. Então, acabou que Morro está com um problema grandioso na mão do prefeito. É um lugar espetacular, de uma beleza natural infinita, poderia, ao meu ver, isso é uma posição pessoal, ser muito mais bem explorada e bem pensada. Aí, entra o tal do gerenciamento costeiro, que vai poder respaldar isso, não é Dr. Tiago? Mas a gente tem que começar a pensar, porque está estourando.

Pode seguir a apresentação de *slides*.

Olá, eu falei sobre isso nesse instante. Antecedi. Devido à má gestão dos resíduos estima-se que 1/3 de todo o plástico descartável tenha-se inserido na natureza como poluição terrestre de água doce ou marinha. Estamos com o nosso sistema todo contaminado.

Seguem os *slides*.

poluição plástica ameaça a natureza e a sociedade. E aí é que eu queria trazer um dado interessante. Falar que tem resíduo, falar que o resíduo está largado na natureza, falar que o resíduo mata baleia, falar que o resíduo está em 90% do sal marinho, hoje, ele contém micropartículas de plástico, é impactante. O mais impactante é dizer que a sociedade está consumindo plástico e não sabe qual é o dano que esse plástico vai causar no nosso organismo. Não existe um estudo aprofundado. Existem discussões, mas, efetivamente, a gente não sabe o plástico que estamos comendo, qual doença nos vai acarretar.

Isso é muito grave. Isso já começa a sair de um polo e mexer no outro. Veja, tá lá no mar, o peixe comeu. Nós nos alimentamos com o peixe? Nos alimentamos. O que é que acontece? Comemos o plástico também. O que é que esse plástico faz dentro da gente? A Organização Mundial da Saúde ainda não descobriu. É muito novo, muito recente e a gente ainda não sabe. Sabe-se que, para além disso, em Santos os animais estavam com cocaína. Foram encontradas partículas de cocaína na corrente sanguínea dos animais em Santos devido ao nível alto dos esgotos. Urinava, aí, descia na corrente e parava no mar. E a gente já estava comendo peixe com cocaína. De repente, estava já todo mundo muito louco; mas era o que estava acontecendo.

Então, a gente tem que começar a atentar pelo seguinte: existe hoje a discussão no mundo sobre a economia 360, que não tem fim. E a gente tem que começar a pensar nela, porque a gente tem que pegar o ciclo do nascedouro. E como a gente vai fazer depois que ele não tiver mais serventia? Para onde vai? O que a gente vai fazer? Como se reutiliza isso?

Trazendo à reflexão aos senhores presentes, deputados da Mesa, que nada é eterno, tudo vai ter o seu dia de esgotamento. E vocês têm que pensar que os seus

netos, os seus filhos e sua continuidade também têm o direito que você teve e que você tem.

É muito, muito, muito triste você só pensar em você. Isso não é nosso, é de todos. Não é meu, não é uma causa minha, não é uma causa que talvez o deputado leve à frente. A Marinha do Brasil, com uma plataforma, muito bem-feita, lá da Amazônia Azul, que está aí batalhando por isso, não é nossa, é de todos. E todos têm que começar a entender sobre esse problema.

Então, que fique essa reflexão aí, porque cada um já tem aí, mais ou menos... eu, como sou gordo, já devo ter 1 quilo de plástico, não é? Estou falando por mim, viu, deputado? Nada pessoal, estou falando por mim.

Pode seguir os *slides*.

Vamos lá, um terço de plástico, 100 milhões de toneladas, já se tornou poluição da terra ou marinha, e 104 milhões de toneladas de plástico chegarão à natureza até 2030 se nada mudar. Aí, eu entro num tema específico que é o tema da ODS14, o Brasil é signatário, inclusive, que fala sobre objetivos para o desenvolvimento sustentável.

Então, gente, nós precisamos, exatamente agora,...

Sejam bem-vindos, viu, alunos? Sejam todos muito bem-vindos e bem-vindas. Deus abençoe!

Ou seja, em 2030, se nada mudar, se a gente não começar, porque tudo começa do agora, a gente começa e vai reverberar em algum momento, se nada mudar, em 2030 ou 2050, estudo dito pela ONU, deputado, nós teremos mais plástico do que peixe no oceano. Que legal, não é? Vamos pescar plástico, vai mudar. Em 2050, dito pela Organização das Nações Unidas, nós teremos mais plástico do que peixe nos oceanos.

Mas alguém pode dizer assim: ah, isso é 2050. É logo ali. Eu me lembro que quando moleque falavam: o mundo vai acabar no ano 2000. Já estamos em 2019 e não acabou. Ah, é 2050. O ano de 2050 está na porta, ele vai chegar. E se combate o problema de 2050 em 2019, ou se começa a combater.

Então, essa garotada que chegou agora está pegando o bonde meio que andando. Eu vou repetir só para que fixe-se na cabeça de vocês. Em 2050... alguém aí gosta de peixe? Deve gostar, não é? É. Então, comam bastante, armazenem, porque parece que em 2050, se nós não cuidarmos do lixo que a gente descarta de forma aleatória, não repensarmos o nosso consumo compulsivo, não pensar se, realmente, a gente tem que consumir tanto plástico, nós teremos mais plástico do que peixe nos oceanos.

Isso é triste, muito triste e me traz uma reflexão muito séria sobre isso, porque tem estudos que dizem que o Brasil consome pouco peixe, mas ele importa muito. E, quando chega nessa parte, deputado, a gente começa a pensar que quando importa, é economia, está gerando riqueza para alguém. Talvez o impacto do consumo seja tão pouco sentido, mas o impacto na economia... E, aí, quando mexe no bolso, começa a doer, não é? Então, tem que começar a pensar nisso: que vai impactar a economia.

Eu acho que na política – eu não sou político... mas quando a gente fala “impactar a economia” parece que: “bum”!, estoura uma bomba. Olhe, vai impactar a economia! Pronto. Aí, começa a pensar a coisa. Então, deputado, quando a gente está falando isso, a gente quer dizer que tudo isso está correlacionado ao trópico, está rolando aqui, vai impactar aqui.

Na Noruega, em 2000 e... acho que em 2000 e pouquinho, não sei precisar, houve uma escassez do bacalhau. Veja deputado, passaram 10 anos sem essa economia do bacalhau, e impactou toda uma cadeia produtiva. Houve pessoas se suicidando e houve diminuição de riqueza. Por conta do quê? Da extinção do bacalhau.

Então, mexe com a economia, a política tem que se mover para poder manter a economia ativa, porque senão a gente vai ter que criar outras fontes de empresa, de emprego. E, na maioria das vezes, a região costeira está afastada das grandes metrópoles, das grandes rodovias, e não vai conseguir atrair nenhum empresário que se interesse. Então, fica aí o alerta.

Setenta e cinco por cento de todo o plástico já produzido são lixo. Desde 2000 até hoje, isso dito pela WWF, 75% do plástico produzido são lixo, está aí jogado! E 80% da poluição plástica nos oceanos são originados da terra.

Permita-me trazer uma informação para quem não sabe: o lixo que você descarta na sua casa vai parar no mar. Por dois motivos: nós temos o problema dos lixões, todo mundo conhece; e todo rio vai desaguar onde? No mar. Então, Dr. João, secretário, sabe disso, está nas bacias hidrográficas. A bacia hidrográfica lá, que é gerada de Itapicuru, tem impacto sobre o lixo que para nos oceanos. Por quê? Porque é descartado de forma inconsciente.

Então, quando a gente está falando de uso sustentável de costa e de mar, a gente tem que pensar também que existe uma interligação entre todos os biomas da natureza. Eles se comunicam. E é preciso que a gente use os filtros, porque não adianta você tratar de uma coisa e deixar outra, porque vai dar problema.

Então, é preciso, para além da educação, pensar também como tratar esse problema.

Eu falei neste instante sobre os Sistemas de Gestão de Resíduos Plásticos mais predominantes, que são os aterros sanitários, incineração... e eu vou falar uma pauta sobre a incineração, deputado. Ela tem um problema, ela gera o dióxido, e isso agride a natureza tão igual quanto. Então, um problema interligado com outro. Vamos incinerar para acabar! Mas a gente está lançando isso onde? Na atmosfera. Então, a gente está se livrando do problema na terra e jogando para o ar. Resolveu o problema? Não, é aquela velha história que a gente fala do jogar fora...

A criança aí já deve saber do que é jogar fora. Alguém aí sabe me dizer o que é jogar fora? Não existe jogar fora, você não está jogando fora do planeta, você está jogando fora do alcance de sua vista. Então, a gente tem que parar e se reeducar e pensar de novo o que é jogar fora. Jogar fora de quê, de onde e para onde. A gente está empurrando o nosso problema para algum lugar. O fora, hoje, é isso que acontece.

Aí a gente fala: em 2016, 39% dos resíduos básicos foram enviados diretamente para os aterros, onde são necessários 400 anos para se decomporem. Veja, tem resíduos que vão passar 400 anos na natureza, 400 anos.

Existe a tecnologia, hoje, do plástico biodegradável. Eu queria trazer uma notícia biodegradável também para vocês. É biodegradável, deputado, em condições controladas: tal temperatura, tal local, tal isso, tal aquilo. Na natureza, o solo não sabe ler e não vai entender que aquele plástico é biodegradável, ele não vai esquentar naquela temperatura que vai biodegradar. Então, o plástico biodegradável na natureza é plástico. O plástico biodegradável nas estações de tratamento, nas acomodações devidas, controladas, ele é biodegradável. Quando ele cai na natureza, como é que vai biodegradar se precisa de condições específicas?

Então, o *marketing* se utilizou muito bem disso. A gente pode diminuir a nossa culpa trazendo essa questão de uso do biodegradável, mas vai levar de volta que ele é biodegradável...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) em condições controladas.

Isso é uma estatística da ONU. A poluição plástica em números globais.

De 500 bilhões a um trilhão de sacolas plásticas são usadas a cada ano. É muito cômoda a sacola plástica. A gente pega, a gente utiliza e depois a gente descarta. Isso já está nesse número. E a sacola plástica passa 400 anos para ser biodegradável. Na maioria das vezes, deputada, você utiliza a sacola plástica, no máximo, no contato direto, 5 minutos. Cinco minutos! E depois leva 400 anos para degradar. Isso é o que a gente tem feito.

Um milhão de garrafas – as águas minerais, descartadas de qualquer jeito – plásticas são compradas a cada minuto! No mundo, um milhão de garrafas... se eu tiver 10 minutos aqui, já rolou 10 milhões de garrafas no mundo sendo compradas e sendo descartadas. E o que a gente tem que entender é o seguinte: quando isso gera riqueza, quando é um produto comercialmente interessante, isso vai gerar uma demanda, um interesse; quando não, isso vai ficar jogado fora. E é o que tem acontecido? Cinquenta por cento dos plásticos consumidos são usados uma única vez. Isso é triste! Treze trilhões de toneladas de plástico chegam aos oceanos a cada ano. Estamos falando de 13 trilhões, nem sei mensurar, mas é muito número; começando do 1, é muito número, né, Rosalvo?

Então, a gente precisa começar a pensar nisso. Não é só uma garrafa, não é só uma tampinha, não é só um copinho; são todos os habitantes da terra tendo a mesma atitude que você, descartando plástico, e isso está indo parar nos oceanos

Pode seguir, por favor.

Aí é a concentração de plástico nos oceanos. É bem interessante mostrar que essas ilhas plásticas estão rodando pelo mundo. Não estão ao nosso alcance visual, mas estão aí. Minha mãe costuma dizer que quem não é visto, não é desejado, então a gente não tem a percepção porque a gente não vai para o oceano. A gente só vai ter a percepção entrópica. Mas lá está essa ilha rolando. São os números.

Pode passar, por favor.

Bacana é mostrar quanto cada resíduo demora para se decompor. O copo de isopor, só 50 anos; a lata de alumínio, só 200 anos – ou seja, a lata da cerveja que eu bebi agora vai passar 200 anos para se degradar na natureza; a fralda descartável, 450 anos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a garrafa plástica, 450 anos; o anzol – que é um dos descartes dos pescadores –, 600 anos! Então, a gente vai largar um passivo que durará 600 anos. Eu acho que isso não é legal.

Pode seguir.

Bom, aí a gente vai brincar de trazer fotos bacanas. Poderia ser uma obra de arte, poderia ser só uma brincadeira, mas essa aí é a foto um albatroz encontrado com essa quantidade enorme de plástico dentro do seu estômago. É triste! Quando a gente olha esse pássaro – que não produziu esse plástico e não tem culpa disso – deve pensar que a gente está tirando da nossa vida e entregando para a vida de um ser que não tem discernimento, que não sabe o que é, que não se acostumou e está sendo morto por nossa atitude de usar uma garrafa plástica e descartar.

Pode passar.

Essa foto é fofinha, é um amor, já rodou o mundo: é um cavalo-marinho brincando com um cotonete. Que legal, né? Ele se ambientou.

A próxima.

Aí foi a nossa campanha *O Mar Não Está para Plástico*. Falamos aí do método conscientização, coleta, quantificação e qualificação. A gente levou essa campanha às praias de Salvador, quando aplicamos questionários e começamos a entender como é que está funcionando aqui o problema.

Pode passar.

Aí a nossa equipe. A gente sempre começa com um abraço, com uma descontração. Eu queria agradecer imensamente ao deputado Osni Cardoso Lula da Silva, por essa força, e ao secretário João, aqui presente. João, essa campanha é nossa, o *case* é nosso. Muito obrigado a vocês.

Pode passar.

Aí são alguns números das brincadeiras que a gente fez. Essas são as brincadeiras. Olha lá, 1.808 bitucas de cigarro.

Pode passar.

Aí nós achamos um caranguejinho morto dentro do lixo. Os senhores podem pensar que já estava morto; não, ele morreu porque estava engasgado com o lixo. O lixo matou esse caranguejo, nós matamos esse caranguejo.

Próximo.

Aí foi uma ação que a gente fez com os alunos da Escola da Polícia Militar. Fábio, vamos estender para as outras escolas? Muito interessante o resultado disso, as crianças tiveram outra percepção. E olhem que eles estudam na frente da praia.

Pode passar.

Aí são crianças, a gente plantando o futuro. Queria aproveitar e dizer que o deputado levou o filho para participar dessa atividade, catando junto com a gente, no chão quente. Acredito, deputado, que o senhor levou para sua casa um legado muito grande. Muito obrigado.

A próxima.

Esses são os dados do Instituto Redemar, se vocês quiserem se conectar com a gente.

Queria agradecer a atenção de cada um de vocês e pedir encarecidamente, na presença do deputado, que a gente comece a fazer uma movimentação e que a gente traga essa pauta para dentro da Assembleia. Porque, se tiver qualquer catástrofe, qualquer crise pesqueira, qualquer problema na Bahia de erosão marinha, qualquer coisa nesse sentido, nós não temos política pública combativa para isso. Não existe! É muito ruim você correr atrás do problema depois de ele posto. Isso pode ser remediado. A Academia está aqui e sabe disso; quem trabalha com esse tema sabe disso. A gente precisa implementar a política pública junto com todos.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Osni Cardoso Lula da Silva): Wilian, agradeço a você. Eu fiz um exercício aqui, usando os seus dados, quantificando tempo versus garrafas de lixo, e verifiquei que enquanto você falava foram 29 milhões de novas garrafas plásticas, no mundo, jogadas ao mar. Peguei aqui os seus dados.

Pessoal, por conta do nosso tempo, vou fazer o seguinte: a gente tinha pensado em até 15 minutos para a fala das pessoas que compõem a Mesa, mas vamos redimensionar para até 10 minutos. E vamos tocar o sino quando o tempo chegar.

Queria agradecer a presença dos estudantes e dos professores da Escola Estadual Norma Ribeiro. Muito obrigado por estarem aqui participando. (Palmas)

Também registro que estão aqui conosco – se puderem, levantem a mão para a gente ir identificando – Olívia Maria de Oliveira, diretora do Instituto de Geociências da UFBA; Alexandre Macedo, especialista em pesca da CAR; Pablo Santana Santos, coordenador do curso de Oceanografia da UFBA; Welton Rocha, chefe de gabinete do Inema. (Palmas)

Faço agora duas correções rápidas, porque eu chamei o nome errado do homem e ainda dei o título errado para ele. Agora eu corrijo. Chamo para falar, por até 10 minutos, o diretor e representante nacional da Redemar, o geógrafo Paulo Hargreaves.

O Sr. PAULO HARGREAVES: Bom dia a todos.

Não tenho a capacidade de fala do companheiro Wilian, meu negócio é mais no mar, trabalhando. E durante a minha história aqui na Bahia, nos últimos 10 anos, eu venho mergulhando e estudando o litoral de Abrolhos até Porto Seguro. E no caminho desses 10 anos fui encontrando muitas pessoas e identificando problemas.

Nos últimos 5 anos, com o companheiro Wilian – a gente brigando muito mais do que fazendo as coisas (risos) –, chegamos a várias conclusões. Acho que tivemos um desenvolvimento grande nesse processo, até por ter esta oportunidade de estar aqui hoje com pessoas formadoras de opinião. É uma satisfação ver que esse trabalho teve fruto e que pode desenvolver, crescer; também é uma satisfação ver que a Bahia está partindo na frente dos outros estados; pelo menos em relação ao do Rio de Janeiro, está 10 anos à frente.

Para não entrar nos detalhes das questões que foram especificadas, vou falar mais sobre a política de gerenciamento costeiro e como o mar está sendo tratado no Brasil. Morei 15 anos no Japão, sempre trabalhando com isso, nos Estados Unidos também, e só voltei para o Brasil em 90. E aí percebi, com a criação do Ibama e de outros órgãos, que o Brasil construiu um edifício de 15 andares a partir do quinto.

Foi esquecida toda a base que existia no Brasil de cultura marítima, de leis e regulamentações. E assim foram importadas leis para criar o Ibama. O gerenciamento costeiro aqui é uma piada. Chamaram até de gestão, porque não trata da execução de projetos, trata de filosofias. “Porque a teoria do gerenciamento costeiro...”, aí fazem muitos manuais, livros, mas a prática de quem está na beira da praia – como é o meu caso, eu sou oceanógrafo e gosto de estar com a dinâmica do mar, processos litorâneos, correntes, marés e mergulhando muito, eu gosto do fundo do mar – é esquecida.

Tentei fazer um resumo das questões que acho mais importantes para gerenciar, porque considero que a gestão costeira não vai resolver o problema. Criam teorias para resolver problemas que seriam resolvidos com gerenciamento; não é com a gestão, porque esta envolve políticas, envolve outras coisas que não são a operação em si.

Minha principal preocupação nos últimos anos é com o processo de deterioração da costa, porque não existe estudo oceanográfico no Brasil. É uma atividade recente e ninguém procurou levantar a história dos processos litorâneos que ocorrem desde que o mundo é mundo.

Agora se fala de mudanças climáticas, aumento de nível do mar, mas isso já vem acontecendo e teve várias eras do gelo e degelo. Quem é geógrafo ou oceanógrafo sabe disso, o mar já encolheu e já avançou nos últimos 10, 20 mil anos, e isso vai continuar a ocorrer. A gente não sabe quando vai acontecer a próxima era do gelo. Tudo é muito relativo.

Por exemplo, venho fazendo um estudo em Prado há muito tempo. Falei que aquele canal ia ser destruído, que não se podia construir ali, que a invasão da barraca de praia, do barraqueiro, isso tudo destruindo as dunas, e assim o mar vai tomar conta. Onde não tem duna, onde não tem vegetação, o mar vai engolir, isso não tem dúvida. Porque nesse processo vem uma ressaca, come e não tem como o mar reabilitar, se não tem vegetação para segurar a areia.

Então os tópicos principais que eu gostaria de falar aqui... e quem tiver dúvida, por favor, no final questione. Porque acho importante os senhores que trabalham na política pensarem como vai ser feito esse processo de gerenciamento, como vai ser a

ação em si, o que vai ser feito para juntar todos esses atores. Porque quanto mais pessoas usarem o mar, melhor; isso gera mais empregos e mais renda. Esse é o ideal. Agora, todo mundo pegando o seu pedacinho, não é englobando tudo. Não se pode pegar um barco de arrasto, por exemplo, e passar a rede levando tudo. Aí não sobra nada. Tem de ser dividido.

Por exemplo, os conceitos sobre políticas entre gerenciamento e gestão. As atividades de gerenciamento são voltadas a encontrar meios de planejar e desenvolver o maior número de atividades no espaço definido de recursos. Porque tudo envolve recursos. O lugar é aproveitado e as pessoas vão para lá porque ali tem um recurso. São vários tipos de recursos – até uma pedra é um recurso, a praia é um recurso, o peixe é um recurso, o fundo do mar e o recife são recursos.

Então para que servem esses recursos e o que têm? Como são aproveitados e como vão ser mantidos vivos, a resiliência deles, como é que um bem se recupera? Então tudo isso deve ser considerado num plano extremamente complexo, multidisciplinar; várias pessoas têm de ser consultadas para que as coisas funcionem de forma correta.

E a questão da (lê) “gestão atual envolve outros parâmetros fora do escopo operacional de políticas públicas, mas inclui questões socioambientais e conflitos de interesse social, discussões, além dos objetivos práticos voltados ao plano de gerenciamento, funções, uso, produção e serviços...”

Quanto à questão do espaço, da área, tanto pode ser uma praia como pode ser uma região. Então, quanto ao gerenciamento, a gente tem de pensar que é desde a nascente. O que está acontecendo lá no Alto do Jequitinhonha vai influenciar o que está acontecendo agora na invasão de Belmonte, porque a areia não tem mais o transporte, a poluição que o rio vai trazendo vai ser jogada no mar. E se não tem força para levar sedimento para fortalecer o litoral, o mar vai invadir.

Atafona, no Rio de Janeiro, já foi destruída porque o Rio Paraíba do Sul já não transporta sedimentos há muito tempo. E tem outras influências. Mergulhando lá descobri que a massa, o silte está todo colmatando. O que vinha de resíduo do rio está colmatando, e a própria areia da praia está descendo em cima da plataforma continental. Então é uma coisa complexa.

“(...) Desde as nascentes ao mar, rios e afluentes desaguam no mar, com toda poluição, esgoto, pesticidas, agrotóxicos, areia e sedimentos do corte de matas ciliares, os rios perdem a força, afetam a estabilidade da orla, das restingas e praias, das faixas de marés, o mar invade.

As regiões costeiras são compostas de costas rochosas estáveis e resultantes da dinâmica de marés, correntes, ondas e ventos, determinantes na estabilidade de restingas, praias, rios e mangues, qualquer intervenção antrópica afeta o equilíbrio natural, a capacidade regenerativa, a resiliência. Na situação atual de ocupação desordenada sem planejamento, toda orla ocupada está em risco qualquer ressaca influencia, qualquer ressaca afeta essas faixas costeiras mais sensíveis”.

E tudo depende (lê) “da dinâmica de marés, correntes, ondas e ventos, determinantes na estabilidade de restingas, praias, rios e mangues, qualquer

intervenção antrópica afeta o equilíbrio natural, a capacidade regenerativa, a resiliência. Na situação atual de ocupação desordenada sem planejamento, toda orla ocupada está em risco.

Os espaços em cada local, ou a localização em cada espaço, têm características específicas, tipos de recursos, funções e demandas de usos, diferentes interesses e conflitos. As escalas do espaço de interesse variam desde um ponto de venda a uma pousada, hotel, resort, instalações portuárias e terminais de grande escala e impacto, em praias e municípios...”

Quando se bota um espigão, aquele quebra-mar, logicamente que o transporte de sedimentos vai ser afetado, vai engordar de um lado e, do outro, vai esvaziar. Isso em qualquer lugar. Vá ao Ceará, você vai ver na praia. Lá em Atafona, no Rio de Janeiro; aqui também fizeram. Então, não tem como você fazer. Espigão tinha que ser esquecido há muito tempo, não funciona. Ou faz paralelo à praia ... Já venho fazendo palestras sobre isso há muito tempo; no nosso Festival da Baleia, a gente sempre faz essas apresentações. E a gente pode até, eventualmente, fazer uma apresentação específica sobre engenharia costeira, que é a minha especialidade, eu trabalhei no Japão muitos anos com isso e lá na Cota, também, na UFRJ.

“(...) Esse conjunto de atividades gera sistemas complexos de gerenciamento costeiro e manejo de área de interesse. Exige estudos locais interdisciplinares...” – como eu falei, o problema de uma praia ou o problema de uma região – “(...) das relações de uso e recursos, compatibilidade de acesso às diferentes atividades...”

Porque algumas atividades são complementares, outras são antagônicas. E também exige dados de base de estudos de viabilidade, porque o principal é a gente ter um banco de dados. E em matéria de estudo oceanográfico não tem nada. Todos os estudos que têm aí são de geografia. Inclusive, são feitos pelo pessoal lá do Igeo, da minha universidade, mas descritivos, não têm um estudo da dinâmica do que ocorre e das medidas que devem ser feitas para remediar esses problemas.

Esse conjunto de atividades gera sistemas complexos, existem estudos locais, interdisciplinares de uso de recursos, compatibilidade de acesso e das questões de atividades complementares, antagônicas, dados de base de estudos de viabilidade, impactos, benefícios, sustentabilidade e, o principal, emprego e renda, porque as coisas têm que ter algum uso. Porque também se não usa, acaba sendo invadido e estragado. Se alguém tira proveito daquele recurso, gera emprego e renda, ele vai manter aquele recurso, aquele bem; senão ele perde. E é para toda a comunidade.

Para encerrar, eu falei sobre as políticas de gerenciamento costeiro. “ (...) Cabe ao Estado definir a política de avaliação de recursos, formas de usos e funções, que depende do complexo conhecimento de cada espaço, sua valoração e importância no contexto local e regional. Entender a necessidade premente do levantamento e mapeamento da faixa costeira e litoral submerso, a identificação de características ambientais e infraestrutura, a viabilidade de uso sustentável e formas de ampliação de recursos, produção e serviços.

(Lê) “Identificar os parâmetros de maior importância para o Gerenciamento Costeiro no âmbito do Desenvolvimento Regional Integrado, saber o que interessa, cabe a discussão pública como a Bancada do Mar que está se querendo criar. Observar níveis da interferência antrópica na dinâmica das águas interiores também e marinhas, dos ventos, marés, correntes e transporte de areia ao longo da costa.

A base da sustentabilidade demanda estudos e pesquisas, buscar harmonia e controle do processo de decisão. Através da comissão da Bancada do Mar, avaliar e medir efeitos positivos e negativos de intervenções na zona costeira, rever as leis, as normas e padrões que interferem diretamente no uso de recursos, preservação, resiliência e geração de emprego e renda.”

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Osni Cardoso Lula da Silva): Obrigado, Paulo.

Concedo a palavra à superintendente de Estudos e Pesquisas Ambientais, da Sema, Clarissa Amaral, pelo tempo de 10 minutos. Em tempo, registro a presença de José Truda, coordenador da Divisão Institucional, do Instituto Baleia Jubarte.

A Sr.^a CLARISSA MARIA DE AZEVEDO AMARAL: Bom dia. Cumprimentando o deputado, cumprimento toda a Mesa, quero cumprimentar também meus colegas da Sema e do Inema, que estão aqui presentes, Dr.^a Olívia que é uma parceira nossa aqui.

O que a gente vai apresentar hoje, na verdade, é ainda uma proposta preliminar de um programa de economia voltado para a economia do mar. Nós estamos apenas há dois meses na secretaria e ainda estamos planejando e preparando as ações que o novo secretário quer introduzir na área do meio ambiente.

(O orador utiliza-se da apresentação de *slides*)

“Então, a economia do mar é uma delas, e aí a gente vai passar hoje mais ou menos um programa da forma que ele está estruturado. Entretanto, para se entender o que é que a gente pensa da economia azul, a gente vai ter que falar um pouquinho do novo modelo, do modelo de gestão que a gente está implantando na Secretaria do Meio Ambiente e no Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o Inema.”

O próximo *slide*, por favor!

“Então, todos os programas, projetos e ações do sistema Sema e Inema estão sendo aplicados a partir do modelo de desenvolvimento integrado, desenvolvimento territorial e economia circular. A economia circular seria o conceito que é baseado na inteligência da natureza, opondo a um processo produtivo linear um processo circular onde os resíduos são insumos para a produção de novos produtos.”

O próximo *slide*, por favor!

“Então, no desenvolvimento integrado as dimensões econômica, social, cultural, ambiental, físico, territorial, político, institucional, científico e tecnológico, eles estão interligados e um impulsionando o outro formando um círculo com o objetivo de melhorar a vida das pessoas, que seria o desenvolvimento humano,

melhorar a vida de todas as pessoas, que seria o desenvolvimento social, e melhorar a vida das que estão vivas hoje e das que vão viver no futuro, que seria o desenvolvimento sustentável ”

O próximo *slide*, por favor!

“Então, a estratégia no nosso entendimento seria que essa integração só é possível através de uma agenda comum, ou seja, de um ponto de interesse econômico comum, sobretudo, num formato que envolva a rede e que envolva a gestão do conhecimento por meio de um consórcio com universidades, entre os municípios, por uma agenda interligada a redes internacionais, a definição de polos de integração regional, a organização de cada território de forma estruturada, dentro das unidades de conservação e a estruturação de uma rede de instituições que vai permitir a realização de um plano de trabalho conjunto, com esse interesse em comum, com esse ponto de interesse comum e com o plano de trabalho que seriam os APLs, Arranjos Produtivos Locais”.

O próximo *slide*, por favor!

“Então, o grande desafio estaria no encontro desse ponto de equilíbrio, desse interesse comum ou de uma ideia de futuro compartilhada, onde governo, universidade, organização do território, empresas, mercado, agência de fomento e a sociedade civil organizada tivessem o mesmo interesse que seria compartilhado e articulado para produção de alguma coisa e, principalmente, para a geração de emprego e renda”.

O próximo *slide*, por favor!

“Bom, dentro dessa nova concepção que a gente está trazendo lá para a secretaria, o sistema Sema/Inema iria atender a três estratégias básicas: o investimento e monitoramento de prevenção de riscos ambientais, a geração de trabalho e renda, ou seja, de sustentabilidade a partir de inovação nos processos de reaproveitamento de resíduos e rejeitos e investimento em tecnologia, e o uso sustentável da biodiversidade, incluindo aí o registro de patente, que hoje, no Brasil, é uma coisa quase em extinção, mas que a gente precisa muito dessas patentes, tanto para se igualar a outros países que têm uma estatística de registros de patente muito maior do que o Brasil, e nós, da Bahia, precisamos disso muito para se equiparar, inclusive a estados do Nordeste, que hoje já nos superaram em muito”.

O próximo *slide*, por favor!

“As atividades desenvolvidas a partir da economia do mar, elas distinguem-se geralmente em economia costeira e economia oceânica, aí com as distinções. Para nós, da Sema, não haverá essa distinção. A economia do mar, irá envolver todas as atividades, tanto as costeiras quanto as oceânicas. Então, como dona da maior costa do Brasil, são 1.100Km de extensão, nós possuímos um potencial estratégico e econômico para exploração da economia marítima, abrangendo desde áreas tradicionais, como a construção naval, o transporte marítimo, a pesca, a transformação do pescado e do turismo, como também, a energia de ondas e marés, energia eólica, pesquisas científicas, marinhas.

Então esse potencial é uma coisa extraordinária! Quem é de fora chega aqui e nos diz: “*Nossa, que tesouro vocês têm!*” E vocês não se dão conta desse tesouro, principalmente em relação a nossa Baía de Todos-os-Santos”.

O próximo *slide*, por favor!

“Então, aí está a nossa costa, a nossa imensa costa, a maior costa do Brasil, a nossa costa atlântica, aí com todas as suas regiões turísticas, e a gente diz assim: “Meu Deus, que terra abençoada é essa e como é que a gente pode explorar, através de um uso sustentável!”

Então, esse é o nosso desafio na Secretaria do Meio Ambiente”.

O próximo *slide*, por favor!

“A nossa ideia ao trabalhar com a economia do mar, primeiro é dar seguimento às ações já iniciadas pelo governo do estado.

Então, muita gente diz assim: “*Ah, o governo do estado não está fazendo nada!*” Não, não é verdade! O governo do estado tem feito e tem reunido material importante para nós, por exemplo, que estamos chegando agora na secretaria, já estamos pegando de herança do que já foi feito.

Então, junto com as universidades e as empresas também que já tem feito, principalmente, o SENAI/CIMATEC que têm vários projetos de desenvolvimento de tecnologia para a utilização racional dos recursos marítimos. Então a gente está tentando desenhar um programa que ele tanto observe as potencialidades de pesquisas científicas para proteção e conservação da biodiversidade marinha como também as oportunidades de formação de cadeias produtivas de produto dessa biodiversidade. Então, são essas duas vertentes que a gente está tentando juntar e formatar esse programa.

O próximo *slide*, por favor!

“Bom, então assim, dentro do que eu estou dizendo que o governo do estado já vem fazendo, em 13 de junho de 2017 a União Europeia, o Brasil e a África do Sul, assinaram um acordo de cooperação para pesquisa e inovação no Oceano Atlântico, que foi chamada de Declaração de Belém. Essa declaração foi assinada pela União Europeia, foi assinada por vários países, inclusive o Brasil.

Então, os primeiros resultados parciais desse acordo foram apresentados, após um ano de vigor, em um evento que teve aqui em Salvador, “*The Belém All-Atlantic Research Forum*”, realizado nos dias 24; 24 de julho, no Hotel Vila Galé.

Ali foram apresentados os desafios para os novos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do Oceano Atlântico, dentro desse esforço coletivo empreendido tanto pelos signatários da Declaração de Belém quanto pelos outros países, sobretudo, da América Latina e da América do Norte. Então dentre esses desafios a geração de energias renováveis a partir do Oceano Atlântico, rede de sensores para telemetria também no Oceano Atlântico, robótica marinha, e área para realização de missões no Oceano Atlântico, demandas ambientais, demandas oceanográficas, demandas geológicas e demandas biológicas. Então tudo isso está

sendo discutido em vários eventos que estão acontecendo e que o Brasil e a Bahia fazem parte dessas discussões.”

Próximo *slide*, por favor!

“Então, dando continuidade a essas ações, o governo da Bahia já iniciou tratativas com essa ONG, a The AIR Centre, uma ONG vinculada à União Europeia para o Oceano Atlântico, e, ela é, sobretudo, uma articuladora entre bons projetos e financiamentos. Ela faz essa junção, encontra bons projetos, e financiadores para aqueles projetos. Nós estamos em contato permanente com essa ONG e vamos ter aqui, em agosto, um grande evento internacional.

Então a ideia é implantar aqui uma estrutura de suporte para projetos de pesquisa, desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia sobre o Oceano Atlântico, principalmente sobre a Baía de Todos-os-Santos. Vamos transformar esse ponto de observação em um centro de pesquisa avançado e ponto de pesquisas internacionais do Atlântico Sul. A Secti tem um espaço que está sendo reestruturado, estamos entrando em contato, a nova secretária, me parece, toma posse agora em maio. Estamos esperando a posse para vermos como é esse espaço, e como é que a Sema pode ajudar na reestruturação e recuperação desse espaço, que é um espaço estratégico, onde tenha uma localização estratégica ali, na Ribeira.

Já estamos conversando, e vamos conversar com a futura secretária, para ver essa possibilidade de empreender esforços e transformar esse local nesse centro de pesquisa a que me referi há pouco”.

Próximo *slide*, por favor!

“Então, com o The AIR Centre a gente já vai realizar, como eu disse, nos dias 12 e 13 de agosto, agora, deste ano, o evento internacional promovendo redes de inovação para oceanos sustentáveis, onde a gente vai discutir quatro subtemas importantes: a economia azul no estado da Bahia, desafios e oportunidades; a criação e empregos e erradicação da pobreza, economia azul inclusiva; a preservação ambiental e a restauração, que é a economia azul sustentável; e promovendo redes de inovação, que seria um ponto a partir do qual a Baía de Todos-os-Santos estaria integrando as redes internacionais de pesquisas avançadas sobre o Oceano Atlântico”.

Próximo *slide*, por favor!

“Também nos dias 21 e 23 de maio agora, o secretário, João Carlos, juntamente com a nova secretária de Ciência e Tecnologia, já vai abrir o Fórum Brasileiro de Ciência e Tecnologia e Inovação para os Oceanos, que é realizado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, com quem já estamos em contato há algum tempo com a área de pesquisa oceânica.

Nessa mesma semana, já está agendado com o secretário uma reunião com o almirante Leonardo Puntel, que é o comandante de Operações Navais da Marinha, para discutir justamente um local onde a Marinha possa sediar, aqui, a sua base de pesquisa avançada para o Atlântico Sul. Então, são conversas que já estão avançadas e que estão nos dando a base para a formação de um programa específico para a economia do mar”.

Próximo *slide*, por favor!

“Então, paralelamente a essas ações que já estão sendo empreendidas, a gente está com o Zoneamento Econômico Ecológico, o ZEE, já pronto para ser publicado. Estamos desenhando a Política e o Plano de Gerenciamento Costeiro do Estado, ajudando também os municípios na elaboração dos seus respectivos planos.

Na verdade, as pessoas têm se referido ao Gerco apenas como plano, ele vai ser também uma política, uma política e um plano de aproveitamento, sobretudo para a geração de emprego e renda para as populações das zonas costeiras. Claro e evidente que o tratamento sustentável do uso do solo e do uso da biodiversidade.

Por fim, a partir desse panorama de que falamos, vamos estruturar e formular o que estamos chamando provisoriamente de Programa Economia Azul de Sustentabilidade e Inclusão do Sistema Seme e Inema.

Então, a gente está recolhendo material, fazendo pesquisas, ouvindo pessoas, para poder fazer e, por final, elaborar esse plano que a gente acredita que vai reunir todas as ações do governo do estado sobre a economia do mar. Todo programa, que seria um programa governamental e não apenas desse sistema e, se assim, as outras instituições governamentais entenderem que a gente pode somar esforços ao invés de pulverizar as ações que são feitas relacionadas à economia do mar”.

Próximo *slide*, por favor!

Isso aqui eu trouxe só para vocês terem uma ideia. Nós temos, basicamente 13 segmentos onde a economia do mar é trabalhada, que vai desde os portos, logísticas, transporte marinho até a produção de pensamento estratégica. A Marinha tem nos ensinado sobre a economia marítima.”

Próximo *slide*, por favor!

“Esses 13 segmentos povoam uma infinidade de atividades que podem ser desenvolvidas com a economia marítima, com a economia do mar”.

Próximo *slide*, por favor!

“Esse *slide* é uma continuação, só para se ter ideia da quantidade de projetos que podem ser formatados e implantados”.

Próximo *slide*, por favor!

“Aqui eu trouxe para vocês algumas das inovações, porque a inovação hoje é uma coisa importantíssima. Nessa semana eu li que a Adidas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) já vou terminar. Foi nessa semana que a matéria foi vinculada. A Adidas está fabricando os tênis a partir do plástico recolhido dos mares e dos oceanos. E a notícia dizia era que já tinham chegado a um número estúpido de pares de tênis fabricado, que eu não estou lembrada agora. Alguém, por favor, que se lembre dessa notícia, que esteja fresca, me ajude aqui. Mas eram milhões de pares de tênis fabricados a partir das garrafas pet, do plástico recolhido dos mares e oceanos.

Além da construção de embarcação, nós temos a apanha de algas. Hoje a Bahia tem 52 indústrias de cosméticos que importam algas. Todo mundo já tomou banho com sabonete de algas, todo mundo já passou algum creme hidratante na pele que continha algas. Essa indústria, claro, utiliza algas. E nós temos na Bahia uma

variedade enorme de algas marinhas, e tem as marisqueiras que fazem esse tipo de trabalho que se chama apanha de algas.

Então, o que precisa, na verdade, é uma articulação entre as marisqueiras, essa indústria que pode comprar esse material que elas apanham, e transformar isso em produtos de beleza com a patente nossa, com a patente baiana, da nossa biodiversidade.

O ciclo basicamente que a gente quer fazer é exatamente esse, a nossa produção, com as nossas pessoas produzindo e com a nossa indústria produzindo. É isso que a gente busca. Nós já marcamos com a FIEB um encontro com o sindicato dessas indústrias de cosméticos. Eu nem sabia que tinham tantas, sinceramente, mas tem 52 indústrias aqui na Bahia e Feira de Santana, praticamente. Estamos marcando com a FIEB para fazer esse encontro, para ver de que forma a gente pode articular essa cadeia produtiva, que não precisa de absolutamente nada, nenhuma ação mais efetiva.”

Próximo *slide*, por favor!

“Aqui é um pouco da energia das ondas e das marés. Hoje, por exemplo, o Havaí é completamente autônomo de energia só com a energia das ondas e marés. Tudo bem, não somos o Havaí, mas muitas localidades em todos esses 1.100 quilômetros de costa, a gente pode aproveitar para fazer pesquisas e ver se é possível a gente produzir energia a partir das nossas ondas.”

Próximo *slide*, por favor!

“Aqui já é a eólica *offshore*. Hoje nós já temos uma *expertise* em energia eólica, nós temos o maior parque eólico do país. Então, a gente pode também, por que não, pensar num investimento da energia eólica. Para isso nós estamos fazendo contato tanto com a Universidade Federal da Bahia, e a professora Olívia, que a gente já está com negociações avançadas para se pensar, exatamente, nesse tipo de energia junto com o Departamento de Engenharia Elétrica e Computação da Escola Politécnica.”

Próximo *slide*, por favor.

Aqui, algumas inovações são feitas a partir do plástico recolhido dos oceanos e das marés. Esse caiaque mesmo é uma inovação. Além de ser fabricado por um plástico, ele tem uma formatação inovadora, vira uma mala e a pessoa pode levar, tranquilamente, para a praia, sem maiores incômodos.

Próximo *slide*, por favor.

Aqui, estão exemplos diversos, hoje, de inovações no mundo todo que são feitos a partir da reciclagem de materiais, inclusive, até o nosso camarão. Hoje, já se faz um produto sintético semelhante, mas é comestível. As associações de segurança alimentar já aprovaram. Tem o mesmo gosto e não é o camarão.

Próximo *slide*, por favor.

Aí, também, há algumas contribuições para a garrafa PET. Aqui, é a mesma energia que o Havaí, também, está desenvolvendo e é 100% autossustentável.

Próximo *slide*, por favor.

Então, na verdade, o que a gente quer transformar? É fazer uma cadeia produtiva que feche o seguinte ciclo que vai deste a produção, a apanha dos produtos da biodiversidade até a venda desse produto. Fecha-se, assim, o ciclo completo. É ambicioso? Talvez. Mas eu acho que é a formatação ideal para que os próprios projetos e processos e atividades tenham sustentabilidade.

Próximo *slide*, por favor.

Então era isso que a gente queria trazer aqui. O secretário João pediu para eu falar. Aqui, nós estamos abertos a receber colaboração. Devemos fazer diversas audiências públicas e encontros para discutir a nossa proposta. Então, por hora, por favor, tenham um pouco de paciência. A gente não tem 2 meses ainda na casa. A gente vai começar a chamar os segmentos da sociedade civil para discutir tanto o plano de gerenciamento costeiro, a política de gerenciamento costeiro, como o programa de economia do mar.

Muito obrigada. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Osni Cardoso Lula da Silva): Obrigado, Clarice.

(Não foi revisto pela oradora)

O Sr. PRESIDENTE (Osni Cardoso Lula da Silva): Eu queria, bem rapidamente, registrar as presenças de Percídio Ribeiro dos Santos, ex-prefeito de Itanagra que está aqui conosco; o ex-deputado e superintendente parlamentar aqui da Casa, Bira Corôa, que também está aqui conosco; Antônio Magno, ex-prefeito de Vera Cruz, junto com o ex-prefeito Jorginho, como a gente conhece, o Jorge Antônio. São duas cidades que eles governaram e são rodeadas só por água, não é? Tem todo um desafio, aí, também, na mão de vocês.

Obrigado pela participação, assim como eu agradeço as presenças de todos aqui conosco.

Quero aproveitar aqui, porque, hoje, faz 45 anos da Revolução dos Cravos em Portugal.

Aproveito para saudar o povo português.

Para isso, convido Frederico, do PNUD, aqui na Bahia, para falar para nós. (Palmas)

O Sr. FREDERICO LACERDA: Deputado, esse foi o melhor convite que já alguma vez me fizeram para um evento público.

A Revolução dos Cravos é uma revolução da democracia. Ela inspira o povo português até hoje e ela nos ajuda a cultivar os valores essenciais da democracia. (Palmas) Quanto à Revolução dos Cravos, ela foi uma revolução constituída pelas Forças Armadas, pelos partidos de direita e pelos partidos de esquerda. Ela unificou o povo português contra a opressão da ditadura e a favor da democracia. Então, esses são valores que a gente cultivava até hoje e que, enfim, fazem parte da proposta do país que Portugal segue.

Muito obrigado.

Agradeço, também, deputado, e aproveito por abrir espaço, em seu mandato, para tratar deste tema dos oceanos, tema importantíssimo, um tema que vai ganhar visibilidade cada vez maior com a aproximação da Década Internacional da Oceanografia para o Desenvolvimento Sustentável, instituída pela ONU, a vigorar entre 2021 até 2030.

Com esse agradecimento, eu aproveito para saudar, também, os restantes membros da Mesa, os oficiais da Marinha, o Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente, Sr. Superintendente e o nosso amigo Wilian Freitas da Rede Mar, a quem agradeço, também, por ter ajudado a fazer esta articulação.

Para quem não conhece o PNUD, este é o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. É uma agência muito central do sistema na ONU, com uma grande capilaridade. O PNUD está presente em 170 países do mundo. Então, ele funciona como uma rede de conhecimento para o desenvolvimento.

O PNUD tem o mandato multissetorial. E, de forma muito enfática, o mandato do PNUD, agora, está centrado no apoio aos países membros da ONU para implementação da agenda 2030, da agenda do desenvolvimento sustentável até 2030.

Essa agenda, ela é sucessora de uma outra agenda que ocorreu entre os anos de 2000 e 2015, que foi a agenda do Milênio, constituída pelos objetivos de desenvolvimento do milênio, que foi o maior esforço de desenvolvimento alguma vez feito na história.

Nós conseguimos, nesses 15 anos, ver ganhos incríveis no desenvolvimento. O Brasil foi um grande protagonista neste processo. O Brasil duplicou algumas metas. O Brasil se tornou uma referência, em nível mundial, de desenvolvimento, principalmente, pelo combate à pobreza e combate à fome. Mas a gente terminou 2015 com uma sensação de que a gente estava caminhando no caminho certo, mas que ainda há muito para ser feito, muito, muito para ser feito.

Quanto à vida na terra do jeito em que ela está ocorrendo agora, ela é um caminho em direção ao fim, em direção à degradação ambiental, ao esgotamento de recursos e às mudanças climáticas.

Obviamente, a gente não vai acabar com o mundo, não é? A gente pode, até, acabar com algumas espécies. Mas o mundo vai se transformar. Quem vai acabar, neste processo, vai ser a humanidade, principalmente, as populações mais vulneráveis e as mais pobres, que são as que estão mais expostas às mudanças climáticas.

Então, nesse contexto de profundas crises sociais e ambientais, as Nações Unidas, os países membros, eles reuniram diversos setores: o setor privado, os painéis de especialistas, os fóruns intergovernamentais, e, inclusive, consultas à sociedade civil e ao próprio indivíduo. Os indivíduos tiveram a oportunidade de opinar sobre a constituição dessa agenda.

E, em, 2015 lançaram a agenda “Transformando o Nosso Mundo”, ou seja, a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável. Ela contém um quadro de 17 objetivos, ou seja, os famosos ODS que, por sua vez, se subdividem em 169 metas e 231 indicadores. Então elas oferecem um panorama bastante abrangente dos

principais assuntos do desenvolvimento mundial e elas permitem uma mensuração constante do alcance dessas metas.

Então eu quero dizer que, ao longo do processo, a gente vai conseguindo saber onde a gente está, se a gente está chegando lá ou se a gente precisa inserir esforços e concentrar os nossos esforços em alguns objetivos.

Mas o PNUD, ele recomenda uma visão integradora dessa agenda. A gente não quer... Eu pedi, inclusive, para projetar, para quem não conhece... Sandro, seria possível projetar a imagem dos ODS? Obrigado.

A gente recomenda que eles não sejam tratados de forma isolada e sim de uma forma integrada. Então quando a gente vê iniciativas como essas aqui (mostra o *slide*), são iniciativas que devem ser louvadas.

Durante as falas dos que me antecederam, nós ouvimos um discurso que não só trata da conservação ambiental, mas ele trata, também, da prosperidade, de como gerar economia com o mar e, também, trata das pessoas, como gerar uma economia e uma gestão do mar que seja inclusiva e que respeite as pessoas que moram nas zonas costeiras e que vivem nesse meio ambiente, inclusive, que têm sua fonte de renda.

Então, quando a gente fala nos ODS, há de se explicar. Existe um ODS n.º 14 que está sendo projetado aqui (mostra o *slide*) e, ali, está abreviado como “vida na água”. Mas quanto a esse objetivo, ele tem um nome um pouco mais longo: conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Dentro desse objetivo, existem diversas metas a serem atingidas como a redução da poluição marinha; a gestão sustentável e a proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros; ações para minimizar a acidificação dos oceanos; regular a coleta de peixe e acabar com a sobrepesca ilegal; e conservar, pelo menos, 10% das zonas costeiras e marinhas.

Existem mais dois objetivos, mas eles não se aplicam à gestão estadual e nacional; e tem a ver mais com a gestão em nível global.

Esse objetivo prevê, também, algumas metas de implementação. A agenda sugere algumas ferramentas para os países conseguirem alcançar essas metas que são: o aumento do conhecimento científico, ou seja, desenvolver a capacidade de pesquisa e transferir tecnologia marinha; proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos em mercados; regular a implementação do arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos.

O meu objetivo, com esta fala, é para dizer o seguinte: tentar trazer, para o plano internacional, o que está sendo tratado, aqui, em nível local.

O Brasil tem uma contribuição muito importante para dar para esse objetivo pelos motivos que já foram citados pelo tamanho da sua costa.

E a Bahia, também, a Bahia, principalmente, a Bahia poderá ser uma grande referência no Brasil, no Nordeste, no Brasil como um todo, pelo seu empenho na gestão costeira e da economia do mar. Afinal de contas, a Bahia é um país do mar. Está retratado aqui. Ela é retratada assim. Ela é retratada a partir do mar.

Então, o PNUD e as Nações Unidas se colocam à disposição para apoiar os parceiros locais, seja o governo do estado, a própria Marinha, a sociedade civil, para criar projetos de cooperação técnica para fortalecer essas áreas.

Então, ficamos à disposição.

Agradecemos muito pelo convite.

Parabenizamos, mais uma vez, o deputado e todos os presentes por trazerem este assunto muito importante para a pauta.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Osni Cardoso Lula da Silva): Somos nós quem agradece, Frederico. Muito obrigado. Agradecemos a agência que você representa e por estar aqui conosco.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Osni Cardoso Lula da Silva): Eu queria, bem rapidamente, abraçar e agradecer a presença de Antônio Fernandes, do Bloco Ecológico que, também, está ou estava conosco. Não sei se, ainda, ele está conosco. Está aqui conosco. Agradecemos a presença de Pinheiro, representando o Sindiquímica. Já foi? Ele tá aqui fora? Agradecemos a presença de Estácio, presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado da Bahia. Então, agradeço as presenças de vocês aqui.

Eu concedo a palavra, agora, ao chefe de Operações do 2º Distrito Naval, o Capitão da Fragata, Frederico Albuquerque. Nem todo dia a gente reúne dois Fredericos, não é?

O Sr. FREDERICO ALBUQUERQUE: Bom dia, senhores. Bom dia a todos.

Agradeço o evento ao deputado estadual Osni, pois, hoje, nós estamos discutindo a sustentabilidade do mar.

Saúdo o secretário de Meio Ambiente, Sr. João Carlos Oliveira; os palestrantes que me antecederam como Wiliam Freitas, Paulo Hargreaves, Clarice Amaral e Frederico Lacerda, que já adiantaram e muito o que eu iria tratar sobre o gerenciamento costeiro.

A iniciativa do Comando do 2º Distrito Naval, hoje, vem para facilitar, na verdade, esta iniciativa mantida na Secretaria do Meio Ambiente. Quanto a isso, eu já verifiquei. Nós já tivemos reuniões. Aqui, estão presentes o Rosalvo e outros membros da Secretaria do Meio Ambiente, exatamente, neste rumo do gerenciamento costeiro estadual, que é uma preocupação da Marinha, do Comando do 2º Distrito Naval.

Próximo *slide*, por favor.

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro já existe. Então, basicamente, hoje, nós só temos dois estados que possuem. No Nordeste, nós não temos nenhum.

O que nós oferecemos, hoje, aos senhores é a parceria da Marinha do Brasil para poder, junto aos governos do estado e dos municípios, criar uma comissão

técnica em que possamos apoiar o gerenciamento costeiro, melhor, todo o gerenciamento estadual e o municipal. Basicamente, é este o caminho que eu quero.

Toda a parte já falada, aqui, sobre o que vai impactar, onde vai impactar o gerenciamento costeiro nos municípios litorâneos que, hoje, são 53. Só dentro da Baía de Todos os Santos, são cerca de 18. Isso, aí, todos os outros palestrantes, de forma esplêndida, já falaram. Wiliam já falou de todos os problemas que eu iria falar rapidamente; Clarissa, também. Então eles já facilitaram a minha fala.

Próximo *slide*, por favor.

Hoje, tem, aqui, internamente, um programa. Já está criado o Gerco, o Gerenciamento Costeiro, ou seja, já existe a parte criada da estrutura. O que nós precisamos, hoje, exatamente, é a aprovação do gerenciamento costeiro estadual, porque ele seria um limitador, um balizador dos municipais.

O que nós queremos alcançar com isso?

É, basicamente, o apoio da Marinha para esses municípios para, no futuro, esses municípios poderem gerar renda, a fim de eles poderem pagar a parte deles de turismo, esporte, lazer, recreação. Enfim, trata-se da parte que o Sr. Paulo Hargreaves falou aqui de construções. Toda essa parte já existe. Quanto a todo esse gerenciamento, a gente quer orientar. A gente está criando uma equipe técnica, exatamente, para isso. Outras possibilidades ocorrerão. Nós estamos dispostos a trabalhar junto com os senhores.

Aqui, basicamente, são as nossas metas. Uma delas é capacitar parceiros institucionais em sociedade dos 18 estados costeiros. Essa é uma das metas do gerenciamento integrado costeiro nacional. Outra é elaborar metodologia para o estudo e avaliação da vulnerabilidade na zona costeira. Isso já foi citado por todos os palestrantes aqui e nós já sabemos.

Mais uma vez, obrigado, deputado, por esta iniciativa de expor o tema.

Bem, quanto à nossa ideia, o nosso apoio, para os senhores, como Estado, e para prever os municípios, é, exatamente, isso: a gente poder pegar a nossa parte técnica, que temos na Marinha, e poder orientar, juntamente com a Secretaria do Meio Ambiente, que já vem fazendo esse trabalho, já tem uma minuta, já foi conversado, para poder orientar os municípios nessa parte de gerenciamento costeiro.

Por favor, próximo *slide*, pode passar.

Bem, aí, é só para orientar os senhores, pois o nacional já existe. Agora, nós queremos que seja aprovado o estadual. Aí, vamos fazer reuniões e vamos criar, no comitê interno, junto com a Secretaria do Meio Ambiente, com outros apoiadores.

Nós estamos hoje, já conheci alguns, gostaria de ter acesso a outros. Vejo, aqui, alguns parceiros com os quais nós estamos conversando já. Falo para os senhores que, hoje, não estou só como Marinha, eu estou também como mergulhador do Fundo da Folia que, também, apoia toda essa parte de meio ambiente aqui. Está bom?

E, quanto ao próximo passo, nós já estamos conversando com alguns municípios. É o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro que vai fazer todo o zoneamento, toda essa parte importante, ou seja, ver a parte do pescador, ver a parte

do turismo, lazer, construções, infraestrutura, enfim, toda essa parte importante. Nós estamos dispostos a apoiar os senhores.

Próximo *slide*, por favor.

Senhores, este *slide*, aqui, basicamente, é assim. Eu pergunto aos senhores agora. O que os senhores veem aqui?

Durante anos, antes de ter esta imagem hoje, porque esta é uma imagem de satélite, nós começamos com as antigas cartas náuticas com a chegada dos portugueses aqui ao Brasil.

Àquela época, nós olhávamos para o mar, nós olhávamos com o mar, a fim de ver em que ele poderia influenciar na nossa vida e quais os recursos. Isso foi muito bem colocado pelos Sr. Paulo Hargreaves e Sr. Wilian também. Nós olhávamos e nos perguntávamos: quais os recursos que o mar nos traz?

De certo ponto, os senhores podem ver a nossa densidade. Onde moram os senhores? Onde mora a maioria do povo? É na parte costeira. E nós viramos as costas para o mar durante décadas e durante séculos!

O que a gente pede hoje? Nós pedimos a mudança de foco. Pedimos pegar o nosso foco e mudá-lo para o mar. Isso é o mais importante hoje, porque foi de onde nós começamos. Hoje, nós só estamos aqui, porque tivemos portugueses que, em algum momento, utilizando o mar chegaram aqui no nosso país. É isso que nós pedimos para os senhores hoje, que possamos voltar de novo para o mar e dar um foco nesse gerenciamento costeiro, que foi falado por todos os palestrantes aqui que me antecederam, não é algo novo.

O que nós vemos, senhores? Nós vemos basicamente isso: 90% das exportações brasileiras vão pelo mar, parte das importações que a gente faz, também. Maior densidade populacional – é a foto que já mostrei para os senhores – está no mar, a maioria da nossa população é costeira. A maior parte do nosso mar tem diversos ecossistemas, que já foram falados aqui também anteriormente, não quero ser repetitivo, que são importantes para a nossa vida, nós vivemos deles. Então, o que nós pedimos? Senhores, vamos voltar para o mar de novo. Vamos fazer da Bahia o primeiro estado no Nordeste a ter esse gerenciamento costeiro. Vamos ser referência, não só para o Nordeste, vamos ser referência para o Brasil.

Hoje, é isso que peço para os senhores, esse sentimento, que se aumente esse sentimento que todos os palestrantes já destacaram, de a gente poder defender o mar, de a gente poder usar o mar, não só usar, é uma frase sua que eu vou utilizar aqui Wilian: “O mar não é nosso, os recursos naturais não são nossos.” Obrigado por essa frase. Vamos usá-los como um comodato durante um tempo, não é isso? A gente usa e pode passar para o próximo, ou seja, os nossos filhos, os nossos netos, nossos amigos, todos eles têm direito a usar o mar. Mas a usar um mar bom, um mar limpo, um mar ordenado, um mar em que você saiba qual é a área de pesca; que se você estiver numa praia não venha um *jet ski* pegar e machucar seu filho, machucar sua família, machucar seus amigos. É isso que nós queremos. É esse o ordenamento que vai trazer recursos para todo mundo e é bom para todo mundo. Inclusive, nos portos, ele vai começar a reduzir os custos, porque se eu tenho um porto mais seguro, um porto que

tem ordenamento, que tem toda uma parte de infraestrutura, as taxas caem, o seguro das cargas cai, então, os valores finais dos produtos, lógico, tendem a cair.

Basicamente o que nós pedimos é isto: ordenar e gerenciar, que é o nosso grande desafio. Hoje nós estamos nos colocando à disposição – uma equipe da Marinha, por determinação do vice-almirante Marcelo Francisco Campos e do almirante que também vai palestrar nesse evento da Secretaria de Ciências e Tecnologia, juntamente com o Meio Ambiente, que vai ser entre os dias 21 e 23 de maio, almirante de esquadra Leonardo Puntel, vão palestrar exatamente sobre isso, exatamente falar nisso, o nosso desafio da nossa economia. Todos aqui já falaram: nós temos grandes oportunidades para alcançar, que é o que a gente busca.

Algumas das vantagens – vou passar rapidamente por isso – emprego e renda com turismo. Isso aí é notório, é lógico. Aí eu só estou dando um exemplo para os senhores que o ordenamento vai evitar isso daí...

A salvaguarda da vida humana no mar, o ordenamento vai facilitar para que eventos como o que ocorreu no ano passado de se perderem três praticantes de *stand up paddle* pela Baía de Todos-os-Santos. Vai facilitar, porque com o ordenamento a prefeitura vai obrigar as empresas que estão ali a terem uma lancha para prestar socorro... E todo o processo vai ficar um processo melhor para todos.

Outras vantagens: cultura, ou seja, o apoio disso vai poder liberar áreas., e áreas importantes. O estudo, como foi falado antes, os estudos das áreas de produção vão ser verificados, de repente áreas em que antes a gente tinha que usar uma certa quantidade de remédios para manter o peixe saudável, dependendo da área, dependendo do estudo de maré, de corrente, vai se mudar esse estudo, ou seja, a gente pode gastar menos com isso, pode ter um peixe, entre aspas, “orgânico”, um peixe que não... Então são estudos que a gente pode fazer em parceria com os senhores, que está disponibilizando isso para os senhores, uma equipe da Marinha, multidisciplinar. Tudo leva ao crescimento econômico.

Senhores, pegando palavras de Paulo, hoje o que nós temos é uma erosão costeira. O que é que a gente quer? É que isso aí acabe e a gente tenha uma engenharia costeira, que é algo planejado, senhores, é algo que a gente vê, algo que a gente olha a costa, algo que a gente planeja o que pode ter o uso ordenado do solo, não só na área marinha, mas também nas áreas de mar, marítimas.

E aí é interesse do Comando do II Distrito Naval...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Já estou acabando, 1 minuto só.

(...) Interesse do Comando do II Distrito Naval: apoiar na elaboração do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e nos respectivos planos municipais, ou seja, nós não queremos só trabalhar no estado, nós queremos também trabalhar no município, criar essa conscientização municipal.

Eu fiz um *slide* que ele mostra todas as áreas: aquicultura, esportes náuticos, turismo e uso para lazer, sinalização náutica e pesca esportiva e subsistemas.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Aqui as tratativas já iniciadas, já conversamos com a Secretaria do Meio Ambiente, antes mesmo do nosso secretário assumir, já estávamos conversando com a Secretaria do Meio Ambiente. Já fomos também a uma audiência com o vice-governador, que já nos recebeu, e pontualmente com algumas prefeituras também. Coloco à disposição a minha equipe e o meu setor todo de Seção de Operações do Comando do II Distrito Naval para juntamente com a sua Bancada, deputada, a Bancada da Assembleia Legislativa, a Secretaria de Meio Ambiente e outros parceiros para que a gente possa caminhar nesse sentido de uma conscientização do mar e uma melhoria da nossa economia aqui na área do estado da Bahia.

Agradeço a todos a oportunidade, por escutarem as minhas palavras, mais uma vez, deputado, agradeço a oportunidade de a Marinha do Brasil se fazer presente aqui, em nome do vice-almirante Campos agradeço a oportunidade por poder palestrar aos senhores e coloco à disposição os meus contatos para quaisquer dúvidas que possam ocorrer.

Com licença. (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Osni Cardoso Lula da Silva): Obrigado, Frederico, obrigado a Marinha do Brasil.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Osni Cardoso Lula da Silva): Agora convido para o seu pronunciamento o secretário do Meio Ambiente, João Carlos Oliveira, representando neste ato aqui o governador Rui Costa.

O Sr. JOÃO CARLOS OLIVEIRA: Boa tarde a todos e a todas, quero inicialmente saudar o deputado Osni Cardoso pela brilhante ideia de discutir esse tema; minha colega de trabalho Clarissa Amaral; o Sr. Capitão de Mar e Guerra, Eron Maçal; o Capitão de Fragata, Frederico Albuquerque; o Sr. Coordenador do Escritório do PNUD de Salvador, Frederico Lacerda; meu primeiro parceiro na Secretaria do Meio Ambiente, minha primeira atividade foi com Wilian Freitas, hoje com muita honra guardo aquela camisa da Rede Viva, e o Sr. diretor do Redemar, Paulo.

Inicialmente quero dizer da honra e da responsabilidade de estar aqui representando o governador Rui Costa. Quero em nome do governador e em meu nome, deputado, mais uma vez o parabenizar, o senhor já no primeiro mandato nos traz um tema tão qualificado. Parabéns, isso é extremamente importante para o Poder Legislativo e para todos nós.

Mas eu quero colocar que na Secretaria do Meio Ambiente o que não nos falta são desafios e enquanto a superintendente Clarissa Amaral fazia a sua exposição eu estava ali imaginando que o grande papel do secretário do Meio Ambiente é ser um moderador de ideias. Vou fazer um esforço muito grande para construir isso na secretaria.

Mas nós temos... eu coloco 3 grandes desafios. O primeiro desafio nosso na Secretaria de Meio Ambiente é tornar o ambiente uma pauta positiva, isso para nós é um grande desafio. Entendo que essa pauta positiva só conseguimos construir com políticas públicas e com parcerias e nós estamos buscando identificar e pontuar essas

políticas públicas, estamos buscando essas parcerias, mas parcerias efetivas com a Academia, parceria efetiva com o Poder Legislativo, com os segmentos organizados, com os ambientalistas, partindo do pressuposto de que problema é tudo que tem solução e o grande instrumento para a solução é o diálogo, o diálogo, o diálogo. E isso nós estamos buscando.

Um outro desafio, que tenho discutido muito com a nossa equipe é uma palavra mágica que se chama sustentabilidade. Aliás, está se colocando sustentabilidade para muita coisa, mas precisamos construir a sustentabilidade na concepção da palavra. Às vezes, sou muito criticado quando digo que meio ambiente não é paisagem, meio ambiente é sustentabilidade, mas a sustentabilidade, sobretudo do homem que está vivendo naquele ambiente, o ser humano que está vivendo naquele ambiente... a paisagem linda, bonita é meio ambiente, mas nós precisamos construir a tão sonhada sustentabilidade e que as pessoas que estão vivendo nesse ambiente possam ter sobretudo cidadania, políticas públicas, qualidade de vida.

E um terceiro desafio nesta sociedade contemporânea que estamos vivendo, nós estamos num mundo conectado e não conseguimos dialogar com quem está ao nosso lado. Então, precisamos construir a ética do ambiente, a ética do diálogo, mas sobretudo a ética do cuidar.

E é essa mensagem que eu queria deixar aqui, em nome dos meus colegas da Secretaria do Meio Ambiente que estão aqui, agradecer a vocês por esta oportunidade e, mais uma vez, parabéns, deputado, por esse tema tão qualificado. Eu queria simbolizar o mar, não sei fazer isso, então vou deixar uma frase de um ambiente marinho, na frase e no grande exemplo do poeta baiano: “uma tarde em Itapuã”.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Osni Cardoso Lula da Silva): Obrigado, secretário. Que boa a sua participação, tenho a certeza de que nós faremos ainda muita coisa juntos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Osni Cardoso Lula da Silva): A formalidade manda que eu convide um deputado para ficar em meu lugar, hoje não tem.

Então, eu vou usar da palavra rapidamente, vou usar aqui outro espaço, mas a gente ainda precisa esperar só um pouquinho para cantar o Hino da Bahia, que é a alusão à grande luta do povo que garantiu a liberdade do povo brasileiro. Tudo foi aqui na Bahia.

O Sr. OSNI CARDOSO LULA DA SILVA: Agora já é praticamente tarde, uma boa tarde, são 12h e poucos, a gente consegue cumprir o desafio que a gente tinha de começar às 10h e tentar terminar ao meio-dia. Também conseguimos trazer o conjunto da representação que a gente sonhava para o primeiro momento, para o primeiro debate.

Aqui nesta Casa a gente tem dois deputados, na minha consideração, efetivamente, que estão fazendo o debate do meio ambiente. Eu falo de verdade, porque para cada atividade que a gente faz, se requer um esforço e nem todo mundo

tem o mesmo interesse. Tem gente que vive de holofotes e de muita propaganda, tem gente que vive botando a mão na massa, eu estou dizendo isso, porque a minha turma tem feito esse esforço comigo. O outro deputado é o Marcelino Galo, que neste exato momento está também fazendo uma audiência sobre a pesca artesanal, é um deputado combativo, é dessa luta.

E, aí, Frederico, lhe saudando, eu quero dizer que a sua luta também vai começar, eu tenho certeza, comigo e com Marcelino. A partir daí nós vamos contaminando o conjunto dos outros aqui da bancada, que eu tenho percebido também é uma bancada boa, boa de debate. Boa parte da turma, inclusive, que faz oposição é uma turma propositiva e eu acredito que a gente consiga avançar no debate, a gente quer se colocar à disposição para estar também na formatação do que você está pensando aí. Eu converso logo com Marcelino e com os outros para a gente conhecer o que se pensa, conhecendo inclusive para estar replicando.

Clarissa, cadê Clarissa? Eu queria me colocar também, eu quero ir para o evento. É agosto, não é? Eu quero me colocar...

Também quero desafiar Wilian, não é do meu gabinete, mas é da luta. E também meu gabinete para quem está com a parte da tarefa, se colocar dentro disso...

Está faltando uma ficha aqui, me ajudem, por favor.

Capitão Eron, obrigado por estar conosco, acho que foi o único que não falou, fica para a próxima, mas obrigado por estar aqui com a gente...eu quero, ele está aqui, perdão.

Queria só falar de Clarissa e dizer que a gente...eu tenho vontade, João Carlos, Clarissa e também Cássia que está aqui conosco, de conhecer mais as leis que regem o Fundo de Compensação. Sou bastante curioso, não conheço, eu provoquei o outro secretário, mas tenho minhas dúvidas e quero tirar, eu não sei se estou errado, se estou certo na minha inquietação, se as intervenções são louváveis, se é só diagnóstico, se os diagnósticos são louváveis. Eu não conheço, quero conhecer, porque sei o tamanho do mal que tem feito várias empresas e até comportamentos individuais de algumas pessoas para o meio ambiente no geral.

Essa semana aqui, o deputado Luciano Simões estava fazendo uma denúncia de uma empresa na região de Itanagra, na região do Conde, não lembro, exatamente, uma empresa de eucaliptos e a gente estava... inclusive, pedi ao governo do estado para saber se o dinheiro que eles deixam a partir dos seus impostos é saudável, porque o nível de abandono das estradas, o desgaste das estradas, dos córregos e das comunidades que lá moram é degradante.

Às vezes, eu não sei se essa economia que é gerada ali é tão compensadora do ponto de vista do retorno do imposto direto mais o que eles compensam para o meio ambiente, se é favorável para o conjunto da economia baiana ter alguns, que não são todos, alguns tipos de empresários no meio de nós.

Então, é uma fala de deputado, é uma fala, também, meio que sindical, eu diria, ouvindo outras pessoas, mas queria também debater um pouquinho mais sobre isso, porque talvez a gente aceite alguns empreendimentos que não ajudam com o conjunto do nosso debate nem tampouco com o desenvolvimento do território baiano.

Wilian, eu quando fiz o meu primeiro planejamento e que você apareceu no planejamento lá da pré-campanha... Eu fui prefeito de Serrinha, mas, antes mesmo de ser prefeito de Serrinha, eu morava numa comunidade chamada Bela Vista, em que morei até os 27 anos de idade e até os 15 anos, eu conseguia ver chuva com uma certa regularidade. E eu ainda conseguia por 3 meses um córrego que desaguava em um pequeno rio chamado Rio Tocó, que desaguava no Rio Jacuípe, que consequentemente ajuda no conjunto da água que abastece Salvador, porque desemboca na nossa represa na região de Feira de Santana.

Depois dos 15 anos eu não vi mais esse córrego andar. E várias plantas que eu conhecia, mesmo sem conhecer o conceito de segurança alimentar, mas eram elas que me ajudavam na segurança alimentar, porque eu era filho de agricultor e a gente saía de casa para trabalhar e a complementação alimentar de 10 horas, 11 horas, quando a gente estava na roça, era o que a gente encontrava na natureza.

Recentemente eu perdi meu pai e fiquei por lá 3, 4 dias e acabei visitando algumas coisas e além do riacho que já não existia mais, também já não existiam várias espécies de plantas de que eu mesmo me alimentava. E no lugar disso, eu vi um volume absurdo de garrafas, de bitucas de cigarros que lançaram ao mar, viu, Wilian? Eu vi um volume absurdo de tudo quanto é lixo, principalmente, lixo plástico. E aí, naquele dia eu lembrei de você, eu nunca lhe falei isso porque eu sempre acreditei na defesa do meio ambiente, nessa luta. Mas puxar a bancada do mar não estava no meu pensamento até o dia do planejamento, que você chegou e tudo você falava “– olha a bancada do mar, olha a bancada do mar”. Então, você é que está dando início, de fato e de verdade, nisso daqui.

Convidar todo mundo que está aqui, ouvir as palavras dos senhores que estão na Mesa, do Frederico, saber que combinamos tão bem, sem saber que no dia da revolução foi tão importante para a história de Portugal você está aqui conosco, nos ajudar a pensar um pouco sobre essa pauta. Não é tarefa fácil. Eu disse agora há pouco para a equipe de comunicação aqui da Alba da dificuldade de se conseguir agentes, pessoas para enfrentar esse debate.

Eu estive, Bira, em Camaçari, em uma das poucas folgas nossas. De vez em quando eu vou numa praia, eu fui lá em Guarajuba, aí, curiosamente, vi duas pessoas que se sustentam do mar, vivem do mar. Eu acho que ganham muito dinheiro porque as barracas ficam muito cheias, me parece que é a Barraca de Carlinhos e a Barraca do Prefeitinho. Aí eu pensei logo, fui prefeito por dois anos e a pior coisa do mundo é ter uma barraca chamada prefeitinho, na praia, se o prefeito não estiver bem. Carlinhos estava lá, coitado, ganhando dinheiro, mas havia vários trabalhadores com sacas de areia fazendo o processo de contenção, porque a erosão está adentrando a barraca dele. E ele estupidamente comprometido, conversando comigo que vai continuar investindo, que é uma pena, que o prefeito não fazia nada, que também o estado não fazia, que a União não fazia, que ninguém fazia mas que ele estava fazendo. Eu dei os parabéns para ele. Quando olhei para o lado estava a Barraca do Prefeitinho! Eu só lembrei do prefeito. Não fazia absolutamente nada, já estava entrando para o caminho que vai para a barraca dele e nenhum tipo de ação ele fez. E de alguma forma é isso que a gente passa na sociedade: existe quem quer a luta, quem

quer lutar, quem quer sustentar, mas quer seu meio ambiente possível para todos. E existe aquele que só quer a exploração.

Então, Wilian, não é só a mão que joga o lixo. É a ganância do capital, é o consumo desenfreado, sem medidas. Então, existem outros valores que a gente precisa trabalhar nisso. O lixo que é jogado em Serrinha e eu por oito anos tentei, porque do outro lado da minha cidade é a nascente do Rio Inhambupe, uma nascente do Jacuípe e outra nascente do Rio Inhambupe, o lixo que é jogado lá eu tentei, diversas vezes, dialogar para fazer o aterro sanitário e eu não consegui fazer, não consegui aprovar projeto no governo federal. O governo do estado tentou me ajudar, mas na hora em que fui conversar com quem explorava o lixo, a proposta de custo era sempre acima da capacidade de pagamento dos municípios mais pobres, que é um outro desafio.

Como é que nós vamos equacionar os investimentos, meu secretário? Uma pergunta inquietante, de maneira que a gente convença os prefeitos que aquele investimento ajuda o conjunto da população, mas que ele não retire o recurso de outra tarefa em outra área, já que o custo ainda é tão alto. Como estudar e como achar condição para que a gente faça aterro sanitário, mas que o município dê conta para não ficar aquela frustração de que um aterro vira lixão, como aconteceu em diversas cidades da Bahia?

Então, é outro desafio que eu coloco para mim e para você, para a equipe daqui que representa o governador Rui Costa. E para ir encerrando eu agradeço a todos que vieram, todas as representações, sindicatos, pessoas do povo mais comum, mas que acredita na luta e do seu jeito quer contribuir.

Nós pensamos algumas ações já entrando, inclusive, aqui na Casa com projetos de leis. E eu queria só citar aqui para vocês. Neles estão as assinaturas da Frente Parlamentar em Defesa do Mar; entrei Pra Frente Brasil, a Frente Parlamentar do Meio Ambiente. Aqui fazendo essa ação hoje com todos vocês, agradeço efetiva participação.

E, a segunda delas, foi chamar a atenção para a questão da despoluição e indicar no projeto de lei a instituição do dia estadual de combate à poluição dos oceanos e limpeza das praias para que aquela atividade que você faz tão belamente a gente consiga fazer com que isso seja cotidiano. Aquilo que você faz com o grupo de mergulho, que dá uma mídia boa pós-Carnaval, consiga ser muito além daquele dia, do dia do Carnaval. Porque eu sei que você é um profissional na sua área e não pode estar todo o dia mergulhando, mas a gente pode estar criando um outro tipo de motivação, com mais pessoas. E esse dia... a ideia é que a gente vá buscando gente de alguma forma com que outros e outros corações e mentes entrem nessa luta. Porque aquilo que vocês falaram, e o Paulo já foi, o nosso problema é muito mais de gerenciamento do que de gestão. Então a atividade prática do dia a dia é que dá o maior recado.

É por isso que tanto, não sei se o Wilian sabe, mas aquela atividade naquela semana que você fez com a secretaria do estado foi a atividade que mais rendeu *click* para o governo do estado. Você não sabia. Não custou um único real, não sei se

custou. Custou algum... Nada? Ainda ganhou uma camisa. Está vendo Wilian? Está bom o negócio.

Repare como uma atividade vinda do povo, em parceria com o governo, pode fluir. Uma atividade real. Se foi lá na ponta catar o lixo. E você não imagina a felicidade que foi para o meu terceiro filho, a alegria dele catar lixo e ele me perguntando porque é que a gente estava fazendo, porque é que a gente estava catando o lixo. E incomodado porque a luva ele não fez de criança, só fez para a gente grande, e ele não conseguia catar o lixo porque ele catava a ponta do próprio dedo da luva. E ele queria tirar, eu falei que não podia; e eu tinha que explicar a ele porque que era importante catar o lixo. E, como ele mora lá em Serrinha, o problema agora é que quando ele me pede para vir a praia em Salvador eu digo que não posso, aí ele fala para mim: “Mas, papai, eu também sei catar o lixo.” Então ele já quer vir catar o lixo de novo como uma motivação para ir para a praia. Quem sabe um dia a gente consiga que todos ao irem para a praia também sejam motivados em torná-la melhor, em torná-la limpa e melhor para o seu convívio.

(Lê): “Então a terceira delas foi um outro projeto de lei que veda a utilização de embalagens e objetos plásticos nas praias. Por exemplo copos, tampas, talheres e canudos.”

A quarta iniciativa também é um projeto similar que proíbe a utilização de embalagens de poliestireno expandido e extrusado mais conhecido como isopor. Aqui tem gente na nossa comissão que, infelizmente, acha que isopor não polui, o que é um debate interno de convencimento.

A quinta iniciativa trata-se de uma indicação ao governo do estado. para que se institua dentro da política estadual de resíduos sólidos um plano estadual de despoluição das áreas costeiras. E aí a gente pode já, junto com o que você está pensando, a gente estar ampliando. De repente, pode ser uma coisa só. É por isso que eu quero conhecer o que você mencionou aqui.

A sexta iniciativa foi esta sessão, que é o início de tudo. Não é uma sessão para trazer a Bahia e todo mundo que faz meio ambiente, mas, principalmente, esta é a sessão para a gente dar o pontapé para o que a gente pensa nessa tarefa em defesa do mar, nessa tarefa da sustentabilidade com a responsabilidade que a gente sonha.

Muito obrigado a vocês. Obrigado a essa frente. Obrigado ao Deus revolucionário que quer um mundo melhor para todos. Valeu! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Osni Cardoso Lula da Silva): E, para o nosso encerramento, eu gostaria que todos, se pudessem, esperassem para a gente cantar o Hino da Bahia, o Hino ao Dois de Julho.

(Procede-se à execução do Hino da Bahia.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Osni Cardoso Lula da Silva): Em nome da Assembleia Legislativa da Bahia, agradeço a presença das autoridades civis e militares, das Sr.^{as} e

Srs. Deputados, da Imprensa, em nome de Deus que nos guia, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.